

## Práticas inclusivas no ensino de espanhol

### Inclusive practices in teaching Spanish

Janete Inês Müller<sup>1</sup>  
Sílvia Simone Franco Padilha<sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo concentra-se na análise de práticas pedagógicas no ensino da língua espanhola a estudantes em contextos de inclusão escolar. Tendo em vista aprimorar a eficácia da aprendizagem e promover uma educação inclusiva e equitativa, este estudo objetiva investigar estratégias pedagógicas utilizadas no ensino do espanhol, buscando identificar e descrever práticas pedagógicas desenvolvidas por professores na Educação Básica, de modo a incluir estudantes com necessidades específicas. Com base nas discussões teóricas e políticas acerca da inclusão escolar e do ensino de língua espanhola, os dados da pesquisa foram produzidos a partir de questionários virtuais, respondidos por treze (13) professores do Vale do Rio Pardo/RS. Entre as estratégias utilizadas, destacam-se a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor, além da adaptação curricular: personalização de atividades, uso de tecnologias assistivas, métodos e recursos pedagógicos específicos, jogos educacionais, materiais manipuláveis e propostas em grupo. Dentro desse escopo, também se observam os principais desafios enfrentados pelos professores ao implementarem práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula, sobretudo no que fiz respeito à diversidade de necessidades dos estudantes, também se considerando a carência na formação específica dos profissionais. É possível concluir que o ensino em contextos de inclusão escolar envolve concepção, organização e gestão de situações de aprendizagem, em conformidade com os princípios pedagógicos ativos e políticas educacionais vigentes, de modo que é possível ensinar língua espanhola a todos os estudantes.

**Palavras-chave:** Inclusão. Ensino de espanhol. Práticas pedagógicas.

#### Abstract

This article focuses on the analysis of pedagogical practices in teaching Spanish to young people involved in school inclusion processes. To improve the effectiveness of learning and promote inclusive and equitable education, this study aims to investigate pedagogical strategies used in teaching Spanish to young people in contexts of school inclusion, seeking to identify and describe pedagogical practices developed by teachers in Basic Education to include students with specific needs. Based on theoretical and political discussions about school inclusion and Spanish language teaching, the research data were produced from virtual questionnaires answered by thirteen (13) teachers from Vale do Rio Pardo/RS. Among the strategies used, the following stand out: creating an inclusive and welcoming environment, in addition to curricular adaptation: personalization of activities, use of assistive technologies, specific pedagogical methods and resources, educational games, manipulative materials, and group dynamics. Within this scope, the main challenges faced by teachers when implementing inclusive pedagogical practices in the classroom are also observed, especially concerning the diversity of students' needs, in contexts where there is a lack of specific training for professionals. Teaching in contexts of school inclusion involves designing, organizing, and managing learning situations, following active pedagogical principles and current educational policies, so that it is possible to teach Spanish to all students.

**Keywords:** Inclusion. Teaching Spanish. Pedagogical practices.

<sup>1</sup> Doutora em Educação/UFRGS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – Câmpus Venâncio Aires; Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5352-7127>. E-mail: [janetemuller@ifsul.edu.br](mailto:janetemuller@ifsul.edu.br).

<sup>2</sup> Especialista em Educação/IFSul-VA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – Câmpus Venâncio Aires; Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6013-9847>. E-mail: [silvia-sfpadilha@educar.rs.gov.br](mailto:silvia-sfpadilha@educar.rs.gov.br).

## 1 Palavras introdutórias

A inclusão educacional busca garantir que os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso igualitário a oportunidades de aprendizagem. Isso significa que estudantes-público da Educação Especial (pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), de diferentes práticas culturais, sociais ou econômicas, entre outras características, participam do sistema educacional regular. E isso implica também considerar as condições de in/exclusão desses sujeitos no contexto escolar.

No âmbito da Educação Especial, a fim de alcançar os anseios de uma educação que consiga ofertar condições de igualdade, a importância da inclusão educacional reside em promover a equidade e a diversidade no ensino. Ao incluir todos os estudantes, a educação se torna mais justa e enriquecedora, oferecendo a cada um a chance de atingir seu máximo potencial. Além disso, a inclusão prepara os envolvidos para a compreensão e o respeito mútuo entre os estudantes, independentemente de suas diferenças, além combater o estigma e a discriminação social.

Em um contexto de estudo curricular de Língua Espanhola – LE (como disciplina) e de reflexão sobre a prática do ensino de língua estrangeira, na perspectiva da Lei nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), objetiva-se investigar estratégias pedagógicas utilizadas no ensino do espanhol para jovens em contextos de inclusão escolar, buscando identificar e descrever práticas pedagógicas desenvolvidas por professores na Educação Básica para incluir estudantes com necessidades educacionais específicas. Dentro desse escopo, também se observam os principais desafios enfrentados pelos professores ao implementarem práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula, como é discutido nas próximas sessões.

## 2 Processos inclusivos no ensino de espanhol

### 2.1 Inclusão Educacional

A inclusão na educação tem sido um tópico relevante nas discussões sobre práticas pedagógicas inclusivas e igualdade de oportunidades no contexto educacional. Mantoan (2015), uma das principais referências no campo da educação inclusiva no Brasil, compreende a inclusão educacional como um processo que visa responder às necessidades de todos os estudantes, considerando suas características, interesses, habilidades e limitações, sem qualquer forma de discriminação. Ela reconhece a diversidade como uma característica comum a todos e busca criar um ambiente educacional

inclusivo, onde todos os estudantes possam aprender juntos, compartilhando experiências e superando desafios.

Essa definição destaca a centralidade da diversidade, e da não discriminação, no processo de inclusão. A autora enfatiza a importância de se reconhecerem as características singulares dos estudantes, sejam elas deficiências, dificuldades de aprendizagem ou outras particularidades, e de criar um ambiente que promova a participação de todos. Além disso, ressalta que a inclusão não se trata apenas de inserir fisicamente os estudantes em salas de aula regulares, mas também de desenvolver estratégias pedagógicas que atendam às necessidades individuais de aprendizagem, proporcionando o suporte necessário para o sucesso educacional.

Nesse sentido, um dos principais desafios na educação inclusiva é a adaptação das práticas pedagógicas para atender às variadas necessidades dos estudantes. Segundo Aranha (2017), a diversidade de perfis e demandas dos aprendizes é uma realidade presente em todas as salas de aula inclusivas, o que requer dos professores uma constante busca por estratégias pedagógicas flexíveis e diferenciadas. Por isso, Sampaio (2018) enfatiza a importância de uma formação docente adequada, afirmando que a capacitação dos professores é um fator-chave para enfrentar os desafios da educação inclusiva, ou seja, é preciso preparar os docentes para atuar com as diferenças de maneira eficaz, promovendo a igualdade de oportunidades.

Além disso, a resistência à mudança pode representar um obstáculo significativo. A cultura escolar, muitas vezes, perpetua práticas excludentes, e a introdução de abordagens inclusivas pode encontrar resistência por parte de alguns educadores e gestores. Outro desafio relevante diz respeito à avaliação, que requer uma abordagem mais flexível e individualizada, o que vai de encontro aos sistemas educacionais tradicionais, que enfatizam avaliações padronizadas. Em geral, paralelamente à complexidade dos desafios pedagógicos na educação inclusiva, há a necessidade de uma formação contínua, práticas pedagógicas flexíveis e uma mudança de cultura nas escolas.

A trajetória da inclusão escolar remonta ao âmago das experiências das pessoas em situação de deficiência, inserindo-se nos movimentos amplos contra a exclusão social, assemelhando-se, por exemplo, à luta pela emancipação feminina. Nas instituições escolares, mesmo que a inclusão tenha se constituído uma verdade inquestionável, há que se atentar para os processos de inclusão excludente, como discutem Veiga-Neto & Lopes (2007): promove-se o acesso e a permanência a todos que, em um espaço formativo supostamente de inclusão, são também nele excluídos, já que não há condições de igualdade a todos os diferentes. Por isso, a inclusão escolar transcende o entendimento de ocupação do mesmo espaço físico e de acessibilidade; compreende romper barreiras atitudinais, que podem eliminar barreiras pedagógicas e comunicacionais.

Portanto, há que se mudar propostas educacionais, adequar métodos e recursos, romper fronteiras entre saberes, aprender mutuamente, estudar de modo contínuo, acompanhar atentamente e intervir nos singulares processos de aprendizagem, concretizando “uma escola sem preconceitos, democrática, competente, uma escola de todos, para todos e com todos!” (MANTOAN, 2003, p. 40). Além disso, garantir um nível educacional adequado para todos requer currículos ajustados, uma organização escolar eficaz, estratégias pedagógicas inovadoras, utilização eficiente de recursos e cooperação contínua com a família e as comunidades locais. Profissionais da saúde, em redes de apoio, podem também contribuir diante das necessidades específicas dentro do ambiente escolar.

## 2.2 Língua espanhola no sistema educacional brasileiro

A presença da língua espanhola é vista como imprescindível no cenário educacional brasileiro, pois nosso país tem estreitado seus vínculos com nações hispano-americanas por motivos comerciais, questões sociais e políticas. Historicamente, o ensino do idioma espanhol no País foi estabelecido há aproximadamente 120 anos. De acordo com Fernández (2005), mais de quatro milhões de imigrantes, dos quais 12% eram espanhóis, chegaram às regiões Sul e Sudeste do Brasil devido às graves crises econômicas na Espanha desde meados do século XIX. No entanto, a influência da cultura espanhola foi mais pronunciada do que a disseminação do próprio idioma, o que resultou em uma preferência por outros idiomas, como o inglês.

Desde finais do século XX, há iniciativas para formulação de uma legislação específica para a inclusão do espanhol na estrutura curricular do sistema de ensino brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 36, prevê: “III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição”. Já a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, prevê que os currículos do Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. Assim, os estudantes têm a opção de se matricular na disciplina ou não, sendo responsabilidade das escolas públicas e privadas incluírem-na em seus currículos.

Importa, portanto, observar como proporcionar aos estudantes expandirem seu mundo social e crescerem gradualmente como cidadãos, fortalecendo sua identidade sociocultural. De acordo com Fernández (2005), a oferta pública do ensino de espanhol é prejudicada devido à falta de planejamento, de recursos técnicos, material bibliográfico adequado, escassez de professores qualificados, além de

divergências na interpretação da legislação. Por outro lado, no contexto do ensino de línguas estrangeiras, a similaridade entre o português e o espanhol também incentiva os aprendizes a se aproximarem do espanhol desde o primeiro contato.

No tocante aos estudantes-público da Educação Especial, há desafios maiores, a fim de se alcançar os anseios de uma educação que consiga oportunizar condições de igualdade nos processos de ensino-aprendizagem. Também há, segundo a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), a necessidade de oferta de: serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis; ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino; oferta de profissionais de apoio escolar; entre outros direitos.

### 2.3 Ensino de língua estrangeira a estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE)

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas nas aulas regulares de língua estrangeira é uma realidade cada vez mais presente nas escolas atuais. Muitas vezes, eles passam despercebidos devido à falta de consciência sobre suas dificuldades, pois suas habilidades não refletem necessariamente seus desafios. Em geral, o desafio reside na falta de conhecimento e habilidades necessárias para oferecer um suporte adequado ao desenvolvimento acadêmico, pessoal e social desses estudantes. Cada estudante é único, e alguns com NEE requerem apoio individualizado dos professores, aos quais cabe aceitação da diferença e disposição para ensinar de outros modos, garantindo sucesso e progresso deles, além de atuar de forma colaborativa com a comunidade escolar. Isso se baseia na compreensão de que cada indivíduo constrói sua identidade por meio das interações estabelecidas com o ambiente ao seu redor.

Portanto, é imprescindível que o professor busque, em colaboração com uma equipe composta por pais, direção da escola, professores da turma, professor/a de educação especial e outros profissionais envolvidos, definir estratégias para atender de forma mais eficaz às necessidades especiais de cada estudante. É importante que o/a professor/a de língua estrangeira esteja ciente e seja sensível ao fato de que a presença de estudante com necessidades educativas especiais na sala de aula regular vai além de apenas estar presente fisicamente. Uma reorientação por parte dos professores, a fim de

que possam empregar técnicas e metodologias alternativas de intervenção, contribuirá para tornar as aulas mais diversificadas e menos padronizadas, atendendo às singularidades.

É importante também que o ensino de uma segunda língua se adapte às mudanças, especialmente em situações de inovação educativa. A ênfase recai no nível curricular e organizativo flexível capaz de responder às características individuais em um contexto de grupo, o que requer formações continuadas e tomada de decisões constantes, além de um conhecimento aprofundado dos estudantes, dos materiais pedagógicos mais apropriados e das diferentes estratégias de ensino a serem empregadas (Sánchez; Torres, 1997). O trabalho colaborativo poderá ser o êxito da inclusão escolar, sobretudo como instrumento de renovação pedagógica, como se lê a seguir:

Los desafíos reales que surgen de la integración rara vez pueden ser abordados de manera individual; es más adecuado considerarlos mediante un enfoque de investigación colaborativa e interdisciplinaria. Si los profesores que participan en el proceso de integración no reconocen la importancia del trabajo cooperativo, la reflexión colectiva y la investigación sobre su propia práctica profesional, es probable que la integración escolar fracase como herramienta para la renovación pedagógica (López, 1996, p. 69).<sup>3</sup>

Nesse sentido, é imprescindível considerar dados divulgados<sup>4</sup>, em 2024, pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): há 1.771.430 matrículas na Educação Especial, percentual que vem passando de 94,2% (2022) para 95% (2023) se considerados os estudantes incluídos em classes comuns; o Ensino Médio, em que há o ensino de espanhol, contabiliza 12,6% (223.258) dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Do total de matrículas, 53,7% são de estudantes com deficiência intelectual (952.904). Em seguida, estão os estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), com 35,9% (636.202) delas. Na sequência, estão pessoas com deficiência física (163.790), baixa visão (86.867), deficiência auditiva (41.491), altas habilidades ou superdotação (38.019), surdez (20.008), cegueira (7.321) e surdocegueira (693). Além disso, 88.885 estudantes possuem duas ou mais deficiências combinadas.

Diante de um ambiente educacional tão variado, é imperativo que os professores estejam preparados para enfrentar circunstâncias que, por vezes, desafiam, levando-os a explorar novos métodos para atender às exigências do contexto escolar, sobretudo nos processos de introdução dos estudantes ao espanhol, que ocorre geralmente apenas a partir do Ensino Médio. Assim, o/a professor/a pode se

<sup>3</sup> Os verdadeiros desafios que surgem da integração raramente podem ser abordados individualmente; é mais apropriado considerá-los através de uma abordagem de pesquisa colaborativa e interdisciplinar. Se os professores que participam no processo de integração não reconhecerem a importância do trabalho cooperativo, da reflexão coletiva e da investigação sobre a sua própria prática profissional, a integração escolar provavelmente fracassará como ferramenta de renovação pedagógica. (Traduzido pelas autoras).

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br>> Acesso em: 13 agosto 2024.

ver diante da necessidade de adaptar suas práticas, dominar técnicas de trabalho em grupo, oferecer ensino personalizado, empregar novos materiais e estratégias, de modo a atender a cada estudante de forma integral. É essencial que os professores evitem posturas de capacitismo, acreditando no potencial dos estudantes. Além disso, é imprescindível sua responsabilidade em desenvolver metodologias que facilitem o ensino e a aprendizagem da língua espanhola, abordagens essas que carecem de acessibilidade e universalidade, visando atender a todos por meio de uma educação de qualidade.

Para que o sistema de ensino possa funcionar de forma eficiente, os professores necessitam de uma sólida formação (...) sobre questões relevantes sobre os alunos com necessidades especiais e os recursos que possam ser utilizados na sua aprendizagem escolar. Em todo processo educativo, a competência profissional dos professores, sua capacidade para planejar situações de aprendizagem, realizar processo de adaptação curricular, desenvolver trabalho em equipe, etc., adquire uma grande relevância, que parece decisiva para o êxito ou o fracasso de tal processo. (Miranda, 2008. p. 114).

O direito à igualdade de oportunidades e sem discriminação, segundo Carvalho (2004), significa dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e características individuais; também compreende equidade, ou seja, educar de acordo com as diferenças individuais, sem que qualquer manifestação de dificuldades se traduza em impedimento à aprendizagem. Ainda conforme essa autora, a escola inclusiva está baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade, no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção de conhecimento (com previsão e provisão de recursos de toda a ordem) e, incondicionalmente, na mudança de atitudes frente às diferenças individuais.

Dessa maneira, constata-se a relevância da capacitação do professor para desempenhar seu papel no sistema educacional. Independentemente das particularidades encontradas na sala de aula, é fundamental que o docente esteja apto a ensinar em uma variedade de situações distintas de aprendizagem. Assim, vislumbra-se um caminho a ser percorrido, alimentado pelo sonho de participar ativamente na construção de uma sociedade democrática, fundamentada nos princípios de justiça, respeito pelo outro e equidade.

### 3 Estratégias e desafios: um olhar para os dados produzidos

Tendo em vista investigar estratégias pedagógicas utilizadas no ensino na disciplina de Língua Espanhola para jovens em contextos de inclusão escolar, buscando identificar, descrever e analisar práticas pedagógicas desenvolvidas por professores na Educação Básica para incluir estudantes com necessidades específicas, foi realizada uma investigação de caráter qualitativo. De modo mais

específico, após contato por meio de redes sociais, professores da disciplina de Língua Espanhola, no Ensino Médio, que atuam em escolas públicas e privadas do Vale do Rio Pardo, foram convidados a participar desta pesquisa. Treze (13) participantes responderam ao questionário via *Google Forms*, compondo os dados desta investigação.

Antes disso, esta pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética do IFSul - Câmpus Venâncio Aires/RS. O papel dos comitês de ética é essencial na garantia da integridade e ética das pesquisas, especialmente em estudos que envolvem seres humanos, como é o caso desta pesquisa educacional. Esse processo não apenas legitima a pesquisa, mas também protege os direitos e o bem-estar dos participantes envolvidos, assegurando que eles sejam tratados com respeito, segurança e ética, que quaisquer riscos potenciais sejam minimizados, além de reforçar a credibilidade da pesquisa, conferindo-lhe uma base sólida e confiável. Assim, garante-se a validade dos resultados obtidos, contribuindo de maneira significativa para o avanço do conhecimento na área do ensino de espanhol para jovens, especialmente no que diz respeito à inclusão.

Durante esta investigação acerca da inclusão escolar de estudantes com necessidades específicas no ensino de língua espanhola, os dados produzidos revelaram várias estratégias e desafios enfrentados pelos educadores. No quadro a seguir, apresenta-se uma síntese dos dados produzidos nesta investigação; as informações foram tabuladas e organizadas em eixos temáticos, observando-se recorrências, singularidades e invisibilidades.

Tema	Aspecto	Descrição
<b>Estratégias utilizadas</b>	Ambiente inclusivo e acolhedor	53,8% dos entrevistados destacaram a importância de criar um ambiente onde todos os alunos se sintam valorizados e parte integrante do processo educacional.
	Adaptação de métodos de ensino	61,5% dos participantes indicaram que adaptam suas estratégias ou métodos de ensino para atender às individualidades dos estudantes, incluindo personalização das atividades e uso de tecnologias assistivas.
	Recursos visuais e jogos educacionais	38,5% dos educadores consideraram que recursos visuais e jogos educacionais são mais eficazes para engajar estudantes com necessidades específicas. Exemplos incluem materiais manipuláveis, experimentação e propostas em grupo.
	Adaptação curricular	A maioria dos entrevistados relatou ter adaptado o currículo para atender os alunos com necessidades específicas, garantindo acesso equitativo ao conteúdo.
	Diversidade das necessidades	46,2% dos entrevistados identificaram a diversidade das necessidades dos estudantes como principal desafio.

<b>Principais desafios</b>		Cada um pode requerer adaptações específicas, exigindo flexibilidade e criatividade dos professores.
	Formação específica dos professores	A maioria dos educadores relatou a falta de formação específica para trabalhar com alunos com necessidades especiais, limitando a eficácia das estratégias inclusivas.
	Impacto das políticas educacionais	Os entrevistados destacaram que as políticas educacionais afetam diretamente a formação dos professores. Políticas que promovem formação contínua e especializada são essenciais para a prática pedagógica inclusiva.
	Métodos de avaliação adaptados	Houve uma variedade de respostas sobre a adaptação das avaliações, incluindo adaptação das provas, avaliação da participação oral e uso de atividades diversificadas. Avaliações justas e inclusivas são um desafio contínuo que requer atenção individualizada.

**Quadro 1.** Tabulação dos dados produzidos.

**Fonte:** Organizado pelas autoras, 2024.

No processo de produção de dados, emergiram vários importantes resultados. As estratégias para a inclusão de estudantes com necessidades específicas no ensino de espanhol são variadas e essenciais para garantir uma educação equitativa. Entre as que são utilizadas, destaca-se a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor, que foi enfatizada por 53,8% dos entrevistados. Essa abordagem está alinhada com a ideia de que todos os estudantes devem se sentir valorizados e parte integrante do processo educacional, promovendo uma atmosfera de respeito e apoio mútuo.

A adaptação curricular é outra estratégia importante, com a maioria dos entrevistados relatando que ajustaram o currículo para atender os alunos com necessidades específicas. Essa adaptação é crucial para garantir que todos tenham acesso ao conteúdo de maneira adequada, permitindo que cada estudante possa aprender no seu próprio ritmo e estilo. Nesta pesquisa, 61,5% dos participantes indicaram que adaptam suas estratégias ou métodos de ensino para atender às individualidades dos estudantes. A utilização de recursos visuais e jogos educacionais também é considerada eficaz por 38,5% dos educadores. Materiais manipuláveis, experimentação e propostas em grupo são exemplos de métodos ativos que ajudam na integração e no desenvolvimento das habilidades dos alunos, tornando o aprendizado mais dinâmico e envolvente. Isso pode incluir a personalização das atividades, o uso de tecnologias assistivas e métodos pedagógicos específicos para diferentes tipos de necessidades, permitindo que cada aluno possa alcançar seu potencial máximo.

O protagonismo docente, por vezes, em colaboração com a equipe pedagógica e profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), dá condições para a ressignificação dos processos inclusivos em conformidade com o desenvolvimento de cada um. É relevante também a participação dos

estudantes com deficiência, de modo que os materiais didáticos possam ser avaliados pelos usuários a que se destinam. Além disso, em contextos escolares, há modos para todos aprenderem, pois os demais estudantes têm a possibilidade de compreender limitações e vivenciar a inclusão.

No entanto, os educadores enfrentam vários desafios significativos. A diversidade das necessidades dos estudantes foi identificada como o principal desafio por 46,2% dos entrevistados. Cada aprendiz pode requerer adaptações específicas, o que exige dos professores uma flexibilidade e criatividade constantes para atender às variadas demandas de maneira eficaz. A crescente diversidade biocultural nas escolas demanda práticas pedagógicas que se adaptem às necessidades individuais dos estudantes, promovendo o desenvolvimento de suas habilidades específicas através de métodos ativos.

Perrenoud (2000) defende que a abordagem de problemas e projetos é fundamental para desenvolver competências, incentivando os alunos a aplicar e aprimorar seus conhecimentos. Nesse contexto, a educação baseada em métodos ativos, como materiais manipuláveis, experimentação, jogos e dinâmicas de grupo, permite que os alunos se integrem em seu ambiente, expressem-se livremente e desenvolvam suas habilidades de autorreflexão e de relação interpessoal, evitando a exclusão social. Esses métodos, quando aplicados na diferenciação curricular, possibilitam que todos os alunos desenvolvam suas habilidades e inteligências, aumentando a motivação e a interatividade, o que favorece a aprendizagem. É essencial permitir que o aluno se torne um sujeito ativo em sua expressão, consciente de suas potencialidades e capaz de se relacionar com o mundo, o que implica reconhecer tanto o eu quanto o outro e os outros.

Outro desafio importante é a formação específica dos professores. A maioria dos educadores relatou que suas instituições de ensino não oferecem formação específica para trabalhar com alunos com necessidades especiais. A falta de preparo adequado pode limitar a eficácia das estratégias inclusivas e aumentar a dificuldade em atender as diversas demandas dos estudantes. Mesmo assim, de modo geral, os entrevistados entendem que a inclusão é benéfica para todos os envolvidos, afirmando que as políticas educacionais afetam diretamente a formação dos professores em prol da educação inclusiva. A implementação de políticas que promovam a formação contínua e especializada dos educadores é essencial para melhorar a prática pedagógica inclusiva.

Além disso, houve uma variedade de respostas sobre como os professores adaptam suas avaliações para alunos com necessidades específicas. Algumas estratégias incluem a adaptação das avaliações, a avaliação da participação oral e o uso de atividades diversificadas. A avaliação justa e inclusiva é um desafio contínuo que requer atenção individualizada, garantindo que todos os estudantes sejam avaliados de forma equitativa e que suas necessidades específicas sejam consideradas. Nesse contexto, as mudanças significativas introduzidas nos sistemas educativos compreendem considerar a

existência daqueles que requerem mais tempo para assimilar os conteúdos e uma participação mais ativa e prática na construção do conhecimento. Além disso, há a importância de abordagens individualizadas, diferenciadas e cooperativas, assim como a necessidade de ajustar os conteúdos programáticos de acordo com as necessidades de cada um.

#### 4 Considerações finais

A inclusão de estudantes com necessidades específicas no ensino de espanhol é benéfica para todos, promovendo um ambiente de aprendizagem humanizado e diversificado. O ensino dessa língua estrangeira, em contextos de inclusão escolar, envolve concepção, organização e gestão de situações de aprendizagem, em conformidade com os princípios pedagógicos ativos e políticas educacionais vigentes, de modo que é possível ensinar uma língua estrangeira a todos os estudantes.

As estratégias de adaptação curricular, uso de recursos visuais e jogos educacionais, e a criação de um ambiente acolhedor são fundamentais para atender às necessidades individuais dos alunos. Ao mesmo tempo, os desafios relacionados à diversidade das necessidades dos estudantes e à falta de formação específica dos professores precisam ser enfrentados para garantir uma educação de excelência para todos. Por isso, é imprescindível investir em formação continuada para os professores, a fim de melhor atender às singulares dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Incluir é viabilizar caminhos para a aprendizagem de sujeitos com e sem deficiência, a partir de perspectivas humanizadoras, teorizações contemporâneas em educação, políticas públicas e ações que garantam os direitos de igualdade a todos. Assim, é possível também superar barreiras atitudinais, que se caracterizam como grande desafio, talvez o maior de todos, tendo em vista suas implicações para a inclusão.

#### Referências

ARANHA, Maria S. F. *Diversidade e inclusão na educação: desafios e perspectivas*. São Paulo: Moderna, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 24 abril 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22). Acesso em 24 abril 2024.

CARVALHO, Rosita E. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. El Español en Brasil. In: SEDYCIAS, João. (Org.). *O Ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

LÓPEZ, Miguel M. De la Reforma Educativa a la Sociedad del Siglo XXI. In: LÓPEZ Miguel M. & FRANCISCO, Jose G. *Lecturas sobre Integración Escolar Y Social*. Barcelona: Paidós, 1996.

MANTOAN, Maria T. E. *Inclusão escolar– O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria T. E. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOBÄUS, Claus D.; MOSQUERA, Juan J. M. *Educação especial: em direção à educação inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. Formação docente continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. *Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos*. Natal: EDUFRN, 2008.

PERRENOUD, Philippe. *A Arte de construir competências*. Revista Nova Escola, São Paulo: Abril Cultural, set. 2000.

SAMPAIO, P. A. *Formação docente e educação inclusiva: desafios e práticas pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2018.

SÁNCHEZ, Antonio P. & TORRES, José A. T. (Coord.) *Educación especial: Centros educativos y profesores ante la diversidad*. Madrid, Ediciones Pirámide, 1997.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007.

Data de submissão: 15/08/2024. Data de aprovação: 22/10/2024.